



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 1

## **MULHERES, TRABALHO E FAMÍLIA**

*Maria Cristina A. Bruschini  
Maria Rosa Lombardi*

**Matéria publicada na:**

*Swisscam Magazine*, da Câmara de Comércio Suíço-Brasileira, nº 45

*Julho de 2006*



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 2

## **Autoras**

*Maria Cristina A. Bruschini*  
Fundação Carlos Chagas

*Maria Rosa Lombardi*  
Fundação Carlos Chagas

*Em matéria publicada pela Swisscam Magazine, da Câmara de Comércio Suíço-Brasileira, nº 45, de julho de 2006, as sociólogas Maria Cristina A. Bruschini e Maria Rosa Lombardi apresentam instigantes considerações sobre o trabalho que vêm desenvolvendo como pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas ao privilegiar através de seus estudos a situação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho ao longo de 30 anos.*

A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, chega-se a 2004 com mais da metade delas em atividade (51,6%).

No entanto, o trabalho das mulheres não depende tão somente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar – como cônjuge, chefe de família etc. –, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

Tradicionalmente, os efeitos da maternidade na vida profissional das mulheres eram evidenciados, até a década de 70, pela diminuição das taxas femininas de atividade a partir da idade de 25 anos, quando, presumivelmente, os filhos eram ainda pequenos.

A partir de meados dos anos 80, entretanto, uma reversão dessa tendência vem se consolidando, indicando que a atividade produtiva fora de casa tornou-se tão importante para as mulheres quanto a maternidade e o cuidado com os filhos. Em primeiro lugar, os efeitos da maternidade no trabalho feminino permanecem, mas foram bastante atenuados, uma vez que as taxas de atividade das mulheres com idade entre 25 e 29 anos passaram a se assemelhar – e até superar – àquelas das mulheres entre 20 e 24 anos.



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 3

Ainda que a presença de crianças pequenas seja um limitador real da atividade feminina, outras variáveis podem vir a estimulá-la: a presença de serviços públicos e particulares de atenção à maternidade (mais comuns em zonas urbanas), a necessidade econômica das famílias para fazer frente, seja ao desemprego de vários de seus membros, seja à renda domiciliar diminuída ou mesmo, ainda que em menor medida, a presença de um maior poder aquisitivo de um segmento de famílias o qual, mesmo na ausência daqueles serviços, propiciam às trabalhadoras o necessário suporte para a sua ausência do lar. É isso que os dados para 1998 parecem sinalizar e que fica ainda mais claro em 2004: neste último ano, a taxa de atividade das mulheres com filhos com idade até 2 anos (53,8%) apresenta-se apenas um pouco menor que aquela total (56,1%), embora ainda distante da taxa das mulheres com filhos maiores de 7 anos (71,4%), as quais, mais liberadas do cuidado com crianças pequenas, podem se dedicar mais integralmente ao trabalho.

Em segundo lugar, as mulheres têm permanecido no mercado de trabalho cada vez por mais tempo: se em 1970 apenas 19% e 15%, respectivamente, das mulheres com idade entre 40 e 49 anos e 50 e 59 anos estavam ativas, em 2004 as taxas de atividade nas mesmas faixas etárias eram, respectivamente, 68,4% e 52,2%.

Outro indicador, revelador desse movimento, é a crescente participação das cônjuges no mercado de trabalho: num período de 24 anos (1980/2004) as suas taxas de atividade passaram de 20 para 57%, portanto, quase triplicando no período.

Também em 2004, 29% dos chefes de família brasileiros eram do sexo feminino; entre as regiões do país, a maior taxa se verificou na região Nordeste (30,6%) e, a menor, na Sul (26,7%) e entre todas as unidades da federação, foi no Distrito Federal onde se verificou a maior proporção de chefes de família do sexo feminino no país (40,9%). Em contrapartida, a menor foi encontrada no Estado de Santa Catarina: apenas 23,5% dos chefes de família eram mulheres.

Na maioria das unidades da federação, predominam entre as chefes de família as mulheres negras e pardas e, invariavelmente, o rendimento mensal dos domicílios chefiados por mulheres é inferior àquele dos domicílios cujos chefes são do sexo masculino. Assim, em 2002, 53% das chefes de família contavam com um rendimento domiciliar mensal de até 3 salários-mínimos (SM) e apenas 45% dos chefes de família eram do sexo masculino. Observe-se ainda que em menos de 5 anos, entre 1998 e 2002 o nível de rendimento das famílias, sejam elas chefiadas por homens ou mulheres se deteriorou visi-



# difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • janeiro/2007 • página 4

velmente: em 1998, 35,3% e 42,4% dos domicílios chefiados, respectivamente, por homens e mulheres auferiam até 3 SM mensais.

É possível afirmar, portanto, que, no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de Segunda categoria. Em primeiro lugar, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Exemplificando concretamente essa sobrecarga, confronte-se a grande diferença existente entre a dedicação masculina e a feminina aos afazeres domésticos: os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas. Outra medida é o número de horas mais freqüente dedicado a essas tarefas: 7 horas semanais para os homens e 20 horas para as mulheres.

Estando ou não no mercado, todas as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas, que as classifica como “inativas, cuidam de afazeres domésticos”. Numa perspectiva conservadora, passando a considerar na taxa de atividade feminina o percentual das mulheres que, em 2004, se dedicavam exclusivamente aos afazeres domésticos (ou as donas-de-casa em “período integral”), a taxa de atividade global das mulheres seria muito superior, 75,3%, praticamente empatando com a dos homens. ✕

\* Essas grandes tendências verificadas na interface “trabalho feminino e família”, além de vários outros detalhamentos, podem ser visualizadas no site <http://www.fcc.org.br/mulher/index.html>